

Perspectivas a partir do Barômetro das Américas: 2010

Número 49

Quem apoia as ações afirmativas no Brasil?

Por Amy Erica Smith
Amy.e.smith@vanderbilt.edu
Vanderbilt University

Resumo Executivo. O novo informe da série *Perspectivas* do Barômetro das Américas examina o apoio do cidadão brasileiro às cotas raciais nas universidades. Uma alta porcentagem de brasileiros acredita que reservar vagas para os afro-descendentes é justo. Porém, uma minoria importante opõe-se firmemente a esse tipo de ações afirmativas. Os resultados apontam que brancos e aqueles que com educação superior são os que apresentam maior probabilidade de se oporem às ações afirmativas. Nos níveis mais baixos de educação, contudo, o apoio é muito alto, independentemente da cor do entrevistado. Enquanto o racismo reduz a aprovação das ações afirmativas, este informe *não encontra* diferenças na ideologia ou na identificação partidária entre os que apoiam e os que se opõem às ações afirmativas.

A série *Perspectivas* é co-editada por Mitchell A. Seligson, Amy Erica Smith, e Elizabeth J. Zechmeister com o apoio administrativo, intelectual e técnico do grupo do LAPOP em Vanderbilt.

www.AmericasBarometer.org

N a última década, a composição racial das instituições de educação superior do Brasil começou a mudar, como resultado do aumento das políticas de ações afirmativas.¹ Aprovados e implementados pela primeira vez em 2001, durante a administração do presidente Cardoso, programas de ações afirmativas vem sendo adotados por um grande número de instituições. Um estudo recente apontou que 70% das universidades públicas do Brasil, tanto estaduais como federais, já adotam algum tipo de ação afirmativa (Gois 2010).

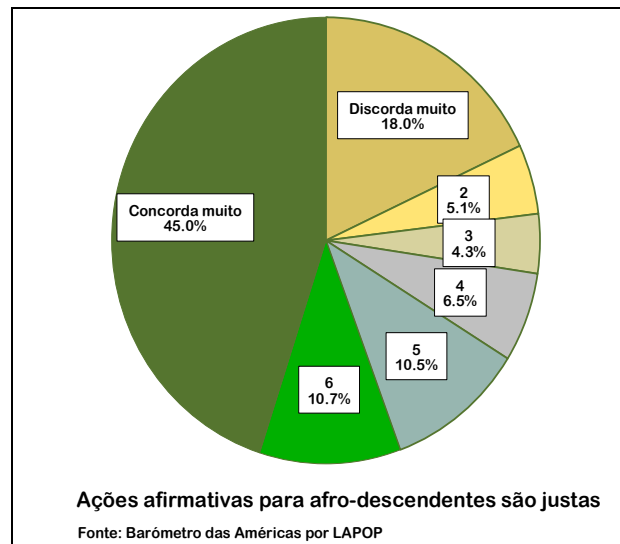
Tais programas têm como objetivo reparar profundas e persistentes desigualdades socioeconômicas e raciais. Durante grande parte do Século XX, acadêmicos e elites brasileiras argumentavam ser o Brasil uma “democracia racial” sem os problemas existentes nos Estados Unidos (Frazier 1942; Freyre 1973). Degler (1971) argumentava que, enquanto as raças nos Estados Unidos estavam divididas em “negro” vs. “branco”, brasileiros empregavam uma terceira e ampla categoria, “mulato” e, por causa desse grupo, a discriminação e os prejuízos raciais seriam muito menores no Brasil. Desde o final da década de 1970, entretanto, ativistas e pesquisadores começaram a questionar essa crença geral, mostrando que os afro-brasileiros permaneceram em situação desvantajosa em questões de saúde pública, de educação, no mercado laboral, e na política (Andrews 1991, 1992; Skidmore 1993, 2003; Telles 2004; Wood e Lovell 1992).

Contudo, os programas de ações afirmativas têm gerado polêmicas entre as elites brasileiras, atraindo a atenção dos meios de comunicação e a oposição de importantes grupos de intelectuais. Seus opositores argumentam não apenas que as ações afirmativas seriam injustamente desvantajosas aos grupos não beneficiados por tais políticas, como também que estes programas politizariam o tema da

raça de uma forma que não é compatível com a cultura brasileira.

Mas, fora dos holofotes da mídia, o que pensa o brasileiro comum? Este informe da serie *Perspectivas* examina o apoio às ações afirmativas no Brasil.² Os dados provêm da rodada de 2010 do Barômetro das Américas, do Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP).³ Nessa rodada, perguntamos a uma amostra aleatória e representativa a nível nacional, de 2.482 brasileiros, até que ponto eles concordavam com a seguinte afirmação em uma escala de 1 a 7, onde “1” significa “discordo completamente” e 7 “concordo completamente”:⁴

RAC2. É justo que as universidades públicas reservem vagas para pessoas afrodescendentes (pessoas negras ou mulatas).



² Números anteriores da serie *Perspectivas* podem ser encontrados em:

<http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights.php>.

Os dados podem ser encontrados em:

<http://www.vanderbilt.edu/lapop/survey-data.php>

³ O financiamento para a rodada de 2010 veio principalmente da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e a Vanderbilt University também foram importantes fontes de apoio. A pesquisa no Brasil foi conduzida em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e teve o generoso apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

⁴ A porcentagem de não-resposta foi de 8,38% para toda a amostra.

¹ Obrigada a Edward Telles pelos comentários ao presente informe e a Fabrício Mendes Fialho pela ajuda editorial.

A Figura 1 examina a distribuição de respostas a essa pergunta. O achado que mais chama atenção é o alto nível de apoio às ações afirmativas. Quase a metade dos brasileiros concordam muito que é justo que as universidades reservem vagas para os negros e mulatos, e mais de dois terços concordam em algum grau com essa afirmação, dando pontuações “5”, “6” ou “7”.

O alto nível de apoio às ações afirmativas é surpreendente. Contudo, devemos ter em conta duas questões. Primeiro, em um país onde o atual presidente tem quatro anos de escolaridade (sendo, porém, um grande autodidata), o acesso à educação superior está fora do alcance da maioria dos

brasileiros, negros ou brancos.⁵ O brasileiro médio seria mais generoso com relação a uma vaga universitária à qual teria, de uma maneira ou outra, pouca perspectiva de ocupar, do que seria com alguma objeto ao seu alcance. Assim, o apoio às ações afirmativas em esferas como o mercado de trabalho poderia ser menor do que o apoio a tais programas no âmbito da educação superior. Infelizmente, o questionário do Barômetro das Américas de 2010 não incluiu uma pergunta sobre este tema. Segundo, nossa questão não aborda a troca (*trade-off*) oculta de que uma vaga reservada para um afro-brasileiro significa uma vaga a menos para um branco. Poderíamos, portanto, esperar que o apoio seja menor quando as ações afirmativas são enquadradas em termos desse *trade-off*. Tais assuntos requerem uma maior exploração em pesquisas futuras.

A Figura 1 também mostra que uma minoria importante se opõe fortemente às ações afirmativas. Um em cada seis brasileiros

⁵ Em 2010, o 10% dos brasileiros tinha completado no mínimo um ano de ensino superior, enquanto um 38% tinha completado no mínimo um ano de ensino secundário (porcentagens ponderadas).

discorda muito dessa afirmação, indicando que acreditam que as cotas universitárias para afro-brasileiros são muito injustas.

O que explica a medida com que os brasileiros concordam ou discordam das cotas universitárias para os afro-descendentes? A seção seguinte aborda tal pergunta, examinando os efeitos de variáveis sociodemográficas, do racismo e de atitudes políticas.

Quem apoia às ações afirmativas?

O primeiro conjunto de fatores aqui examinados reflete uma série de circunstâncias pessoais e

características demográficas que afetam *quem ganha e quem perde* com as ações afirmativas. Espera-se que brasileiros que se auto-classificam como brancos se oponham às ações afirmativas em maior medida que aqueles que se auto-identificam com outra raça, simplesmente porque os brancos têm maiores chances de perda com as ações afirmativas.⁶

De maneira similar, espera-se que as atitudes variem por nível socioeconômico e de

⁶ Como muitos observadores notaram, até as noções de “branco” e “negro” são conceitos polêmicos no Brasil, onde a maioria dos indivíduos apresentam tanto origem africana como europeia, e onde o discurso nacional durante quase um século tem definido o Brasil como um país da mistura racial. Codifico a raça como uma variável dicotômica para aqueles que se identificam como brancos, em contraste com aqueles que se identificam como pardos, negros, indígenas, ou amarelos. Em 2010, a pesquisa do Barômetro das Américas no Brasil também pediu aos entrevistadores para que classificassem a cor da sua pele e a do entrevistado utilizando uma paleta de cores com 11 pontos possíveis, de muito escuros a muito claros. Tais avaliações estão fortemente correlacionadas com a auto-identificação racial, e os resultados seguintes se mantêm se substituirmos a raça auto-declarada pela cor da pele. A maioria dos programas de ações afirmativas no Brasil permitem que os alunos negros e mulatos se auto-identifiquem, mas em algumas universidades há comitês que avaliam a raça dos candidatos baseado em suas fotografias.

escolaridade. Os programas brasileiros de ações afirmativas se dirigem não somente a negros mas, também, a estudantes de baixa renda e de escolas públicas. As universidades e os estados que elaboram tais programas tendem a excluir os afro-brasileiros de maior *status* (Gois 2010). Aqueles brasileiros que já têm ensino superior são mais propensos a perceber as ações afirmativas como, no melhor dos casos, desnecessárias e, no pior, como uma ameaça para o progresso educacional futuro de seus filhos e dos membros de suas redes sociais, os quais presumidamente teriam acesso ao ensino superior sem esses programas. As pessoas com ensino médio são os que apresentam maior probabilidade de se beneficiarem das ações afirmativas.

Por último, é pouco provável que o auto-interesse seja relevante para o grupo com o nível mais baixo de instrução, o qual tem baixo acesso às universidades apesar das ações afirmativas. Mesmo com as ações afirmativas, os afro-brasileiros devem completar o ensino médio e prestar vestibular para ter acesso às universidades. As ações afirmativas se limitam a estabelecer critérios mais baixos para o rendimento dos afro-brasileiros, utilizando cotas ou um "bônus". Os respondentes adultos com oito anos ou menos de escolaridade formal têm poucas oportunidades de superar esses obstáculos. Como resultado, as ações afirmativas nas universidades não beneficiam os mais pobres entre os pobres, apenas oferecendo uma vantagem aos afro-brasileiros que já estão na metade superior do sistema educacional. Para aqueles no grupo mais baixo de escolaridade, no entanto, a questão provavelmente não invoca o interesse próprio mas atitudes simbólicas com relação à importância de se abrir aos deprivados o acesso a instituições de elite.

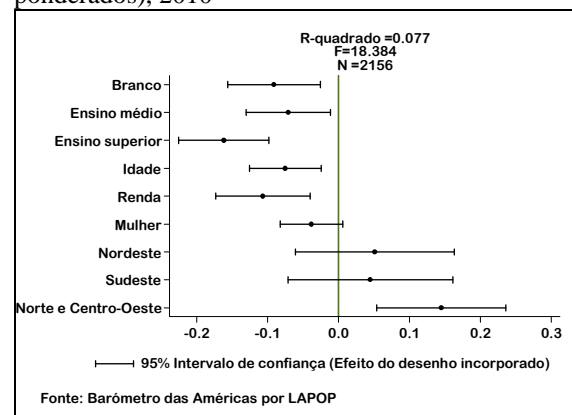
Como resultado de tais considerações, avalia-se em que medida a escolaridade e a renda predizem as atitudes sobre a ação afirmativa.⁷

⁷ Os entrevistados que reportaram que o último ano completo de instrução foi o primeiro, segundo, ou terceiro

Outros fatores demográficos podem afetar o apoio às ações afirmativas: a idade, o gênero e a região de residência. Com respeito a esse último, a literatura sugere que a discriminação contra os afro-brasileiros varia entre as diferentes regiões do país, sendo maior nas regiões Sudeste e Sul (Lovell 2000; Twine 1998).

A Figura 2 apresenta os resultados de um modelo de regressão linear no qual se examina em que medida a raça, a educação, a renda, a idade (medida em número de anos), o gênero e a região de residência afetam a atitudes com relação às ações afirmativas no Brasil. Todas as variáveis estão padronizadas para facilitar sua comparação. Os pontos representam o efeito estimado de cada variável, enquanto as barras horizontais representam o intervalo de confiança de 95% para esses efeitos. Pode-se ter uma confiança de, no mínimo, 95% de que um efeito é estatisticamente significativo se seu intervalo de confiança não cruzar o eixo vertical em 0. Os efeitos à esquerda do eixo vertical são negativos; os efeitos à direita são positivos.

Figura 2.
O impacto dos fatores sociodemográficos sobre o apoio às ações afirmativas (efeitos padronizados e ponderados), 2010



ano do ensino médio foram codificados como ensino médio. Os que se reportaram ter 12 anos completos de escolaridade ou mais se codificaram com ensino superior. A categoria de referência inclui, assim, os respondentes com igual ou inferior à oitava série. Codifica-se a renda utilizando uma escala de 11 pontos baseada no número de salários mínimos que o respondente recebe por mês.

Ter uma educação universitária (em comparação com ter ensino básico) aparece como o determinante mais forte das atitudes sobre este tema. Aqueles que têm educação universitária discordam muito mais da afirmação de que as cotas universitárias são justas do que os respondentes de qualquer outro nível educacional. Por outra parte, verifica-se que aqueles com educação secundária também expressam um apoio significativamente inferior às ações afirmativas do que aqueles com níveis menores de instrução. Assim, a oposição mais forte às ações afirmativas na educação provém daqueles que estão se beneficiando do sistema (ou que já se beneficiaram dele) antes da introdução das ações afirmativas.

Os resultados sugerem que o interesse próprio tem um papel muito importante no apoio dos brasileiros às ações afirmativas.

Além do nível educativo, a raça do entrevistado também tem um efeito importante sobre suas atitudes em relação às ações afirmativas, sendo os brancos os menos favoráveis em relação a este programa, controlando pelos demais fatores demográficos e socioeconômicos presentes na Figura 2. A renda é também um determinante significativo; à medida que aumenta a renda, os brasileiros tornam-se mais contrários às cotas para negros em universidades. Em conjunto, os resultados para educação, raça e renda sugerem que o interesse próprio tem um papel muito importante no apoio e na oposição às ações afirmativas. Assim, aqueles com maior educação, dinheiro e os brancos tendem a apoiar as ações afirmativas em menor medida em um país em que a opinião do cidadão médio apóia tais programas. Contudo, aqueles que menos têm a perder – aqueles que têm níveis educacionais muito baixos, que não acessariam a universidade em nenhuma hipótese, são os que mais apoiam as ações afirmativas. Como argumentou-se anteriormente, tal achado poderia dever-se ao fato que os entrevistados com apenas ensino básico respondem a essa questão com base em

seu desejo de democratizar as instituições de elite.⁸

Os resultados para os outros fatores demográficos são variados. Os brasileiros de maior idade apoiam as ações afirmativas em menor medida que os mais jovens. Gênero, entretanto, não afeta essa atitude de maneira significativa, enquanto as atitudes variam consideravelmente de uma região para outra, mas não da forma esperada. O apoio às ações afirmativas é menor no Sul que no Sudeste ou no Nordeste, mas não de maneira significativa. Contudo, o apoio nessas três regiões é muito menor que nas regiões Norte e Centro-Oeste.⁹

Mas talvez os efeitos por nível educacional variem segundo a raça do entrevistado. Os brancos com educação superior teriam a maior probabilidade de perder com as ações afirmativas. Os negros e mulatos com ensino superior deveriam ser muito mais propensos a perceber que seus familiares ou membros de suas redes sociais poderiam se beneficiar das ações afirmativas; porém, se tais programas excluem os afro-brasileiros de maior *status*, podem perceber as ações afirmativas como uma ameaça. Em contraste, os afro-brasileiros com educação secundária são o grupo com

⁸ Existem mais duas possíveis interpretações do alto apoio nos níveis mais baixos de educação. Em primeiro lugar, os afro-brasileiros com instrução primária poderiam não entender como funcionam as ações afirmativas e acreditar que esta questão os presenteia com a possibilidade de garantia de uma vaga em universidades. Contudo, essa interpretação alternativa baseada, no auto-interesse, não explicaria o alto apoio entre os brancos com instrução primária ou inferior. Em segundo lugar, responder sempre “sim” é outra possibilidade. Os brasileiros de baixo nível socioeconômico podem simplesmente concordar mais com todas as questões de opinião pública. Entrevistas em profundidade são necessárias para entender melhor como os brasileiros nos níveis mais baixos de instrução interpretam nossa pergunta.

⁹ Quando se toma o Norte e o Centro-Oeste como as categorias de referência, resulta que o Sul, o Sudeste e o Nordeste têm níveis significativamente mais baixos de apoio às ações afirmativas do que as regiões omitidas.

mais probabilidades de se beneficiar de tais programas. Os brancos com educação secundária podem perceber que as cotas baseadas na raça também põem em perigo suas possibilidades de aprovação, apesar de poderem se beneficiar de programas não baseados na raça.

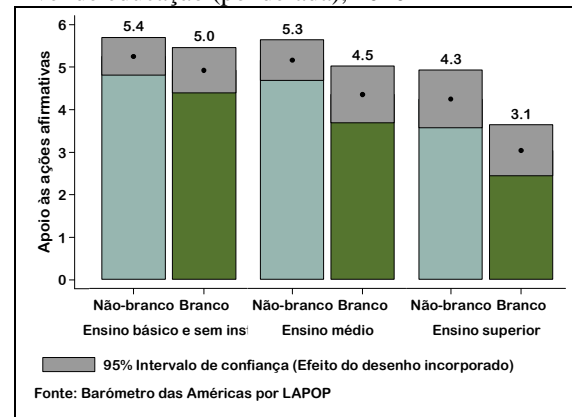
Na Figura 3, o apoio às ações afirmativas aparece desagregado por nível educacional e raça.¹⁰ Tem-se que, entre aqueles com os níveis mais baixos de educação, basicamente não há diferenças raciais quanto ao apoio às ações afirmativas. Esse resultado corrobora a literatura que aponta a existência de poucos conflitos raciais entre os brasileiros de posições sociais mais baixas (Telles 2004). Entre os que têm estudos secundários, entretanto, uma divisão racial começa a aparecer. Para aqueles com educação universitária, tal divisão aparece ainda mais ampla. Ao mesmo tempo, tem-se, inclusive para os não-brancos, que a educação universitária se associa com menor apoio às ações afirmativas. Se esse resultado deve-se ao auto-interesse, tal como argumentado anteriormente, ou ao fato que os afro-brasileiros com maior nível de educação têm absorvido as atitudes contra as ações afirmativas dentro de seus grupos sociais fica como questão para pesquisa posterior.

Certamente, entretanto, as atitudes em relação às ações afirmativas podem ser impulsionadas por algo além do que o interesse próprio. A literatura sobre as atitudes em relação às ações afirmativas nos Estados Unidos demonstra a importância do racismo. Por outro lado, e inclusive após tomar em conta o racismo, ideologia e identificação partidária também têm efeitos independentes (Kuklinski et al. 1997; Sniderman e Piazza 1993).

¹⁰ Na Tabela 1 no apêndice, apresentam-se os resultados de um modelo no qual as variáveis instrução e raça aparecem em uma interação. Nesse modelo multivariado, torna-se claro que as diferenças entre os brancos e os negros são significativas para os que têm instrução tanto secundária quanto universitária.

Figura 3.

Média de apoio às ações afirmativas, por raça e nível de educação (ponderada), 2010



Em um modelo final de regressão linear (resultados disponíveis sob solicitação), avaliou-se a associação entre as atitudes em relação às ações afirmativas por um lado, e, por outro, o racismo, o apoio ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao estado de bem-estar, e a auto-identificação na escala de esquerda-direita, por outro.¹¹ Dois resultados chamam atenção. Em primeiro lugar, após muitas análises, não se encontrou nenhuma atitude política que tenha forte efeito sobre o apoio às ações afirmativas no Brasil, em contraste ao que se tem encontrado nos Estados Unidos. *Mesmo após a retirada dos controles demográficos*, somente o apoio ao estado de bem-estar apresentou associação significativa com uma opinião mais positiva em relação às ações afirmativas. Em segundo lugar, o racismo é claramente um preditor importante das atitudes em relação às ações afirmativas, mas seu efeito padronizado, de fato, é menor que o efeito de muitas das variáveis relacionadas ao auto-interesse.

Implicações para as políticas públicas

As profundas desigualdades raciais no Brasil são similares não somente às dos Estados

¹¹ A medição do racismo é um desafio. Na presente análise mede-se o racismo utilizando o nível de concordância, em uma escala de 1 a 7, da afirmação de que "A mistura das raças é bom para o Brasil".

Unidos como também às encontradas em outros países com grandes populações afro-descendentes nas Américas. A experiência brasileira com as ações afirmativas sugere possibilidades para outros países, bem como para um melhor planejamento de políticas públicas do governo federal brasileiro. Mas o que pensam os brasileiros sobre a experiência de seu país com as cotas raciais? A julgar pela cobertura midiática, poder-se-ia esperar profundas divisões entre os cidadãos. O presente informe da série *Perspectivas* revela alguns resultados surpreendentes. Em primeiro lugar, o apoio às ações afirmativas é bastante alto no Brasil. Mais de dois terços dos brasileiros se situam em uma posição de apoio em uma escala de 7 pontos que avalia quão justa são consideradas as cotas raciais. Em segundo lugar, parece que não há divisões políticas entre os que apóiam e os que se opõem às ações afirmativas. Os petistas não aprovam as ações afirmativas em maior grau do que os que não simpatizam com o PT. Do mesmo jeito, não há diferenças significativas no apoio entre indivíduos de esquerda ou direita, ou mesmo entre os que apóiam o estado do bem-estar e os que não. Tal achado sugere o potencial de uma grande coalizão em favor de novas políticas de ações afirmativas.

Contudo, os resultados também indicam os limites dessa coalizão. Uma minoria importante e poderosa opõe-se firmemente às ações afirmativas, e os brasileiros mais ricos e com maior escolaridade concentram-se nesse grupo. Esses são os cidadãos mais capazes para escrever cartas para editores de jornais e revistas, pressionar seus deputados federais, e participar de protestos. Assim, as vozes dessa minoria de opositores podem ser mais fortes do que as da maioria favorável às ações afirmativas.¹²

REFERÊNCIAS

Andrews, George Reid. 1991. *Blacks and Whites in São Paulo Brazil 1888-1988*. Madison,

¹² Isso poderia sugerir aos que são a favor das ações afirmativas que um plebiscito seria a melhor forma de aprovar legislação sobre o tema.

Wisconsin: University of Wisconsin Press.

Andrews, George Reid. 1992. Racial Inequality in Brazil and the United States: A Statistical Comparison. *Journal of Social History* 26 (2): 229-263.

Bailey, Stanley R. 2008. Unmixing for Race-Making in Brazil. *American Journal of Sociology* 114 (3): 577-614.

Degler, Carl N. 1971. *Neither Black Nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*. New York: Macmillan.

Frazier, E. Franklin. 1942. The Negro Family in Bahia, Brazil. *American Sociological Review* 7 (4): 465-478.

Freyre, Gilberto. 1973. *Casa-Grande e Senzala*. 16th ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

Gois, Antônio. 2010. "Ação afirmativa privilegia ensino público e não raça." Em *Folha*. São Paulo: Folha.com.

Kuklinski, James H., Paul M. Sniderman, Kathleem Knight, Thomas Piazza, Philip E. Tetlock, Gordon R. Lawrence, e Barbara Mellers. 1997. Racial Prejudice and Attitudes Toward Affirmative Action. *American Journal of Political Science* 41 (2): 402-19.

Lovell, Peggy A. 2000. Race, Gender and Regional Labor Market Inequalities in Brazil. *Review of Social Economy* 58 (3): 277 - 293.

Nobles, Melissa. 2000. *Shades of Citizenship: Race and the Census in Modern Politics*. Stanford: Stanford University Press.

Sansone, Livio. 2003. *Blackness Without Ethnicity: Constructing Race in Brazil*. New York: Palgrave Macmillan.

- Skidmore, Thomas E. 1993. Bi-racial U.S.A. vs. Multi-racial Brazil: Is the Contrast Still Valid? *Journal of Latin American Studies* 25: 373-386.
- Skidmore, Thomas E. 2003. Racial Mixture and Affirmative Action: The Cases of Brazil and the United States. *The American Historical Review* 108 (5): 1391-1396.
- Sniderman, Paul M., e Thomas Piazza. 1993. *The Scar of Race*. Vol. 1995. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press.
- Telles, Edward Eric. 2004. *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.
- Twine, France Winddance. 1998. *Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy in Brazil*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press.
- Wood, Charles H., and Peggy A. Lovell. 1992. Racial Inequality and Child Mortality in Brazil. *Social Forces* 70 (3): 703-24.

Apêndice

Tabela 1. Modelo de mínimos quadrados ordinários: os efeitos interativos da raça e da educação sobre o apoio às ações afirmativas (Efeito do desenho incorporado)

	Coefficiente	Erro padrão
Branco	-0.143	0.174
Educação secundária	-0.194	0.176
Educação universitária	-0.825**	0.285
Secundária x branco	-0.501*	0.212
Universidade x branco	-0.940*	0.382
Idade	-0.011**	0.004
Renda	-0.131**	0.041
Mulher	-0.182	0.103
Nordeste	0.303	0.286
Sudeste	0.229	0.273
Norte e Centro-oeste	0.811**	0.246
Constante	5.930	0.254
<i>Número de observações</i>	2156	
<i>R-quadrado</i>	0.0811	
<i>F</i>	14.63	

Nota: os coeficientes da regressão linear ponderada são significativos a *p < .05; ** p < .01.